

**AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.416.936 - MG
(2018/0333300-6)**

RELATOR : MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
AGRAVANTE : NEW WORK COMÉRCIO E PARTICIPAÇÕES LTDA - EM
RECUPERAÇÃO JUDICIAL
ADVOGADO : LEONARDO MAZZILLO E OUTRO(S) - SP195279
AGRAVADO : ESTADO DE MINAS GERAIS
PROCURADORE : DIRCE EUZEBIA DE ANDRADE PEREIRA - MG046519
S

NALDO GOMES JÚNIOR E OUTRO(S) - MG069023
ROCHELLE CARDOSO BARTH - MG093017

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. SUSPENSÃO DA EXIGIBILIDADE. AGRAVO INTERNO. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO À FUNDAMENTAÇÃO. SÚMULA N. 182 DO STJ.

I - Na origem, trata-se de agravo de instrumento contra decisão que rejeitou o pedido de suspensão da exigibilidade de créditos tributários. No Tribunal *a quo*, negou-se provimento ao agravo interno.

II - Negou-se seguimento ao recurso especial ante a incidência dos seguintes óbices: ausência de obscuridade/contradição/omissão/erro, Súmula n. 7/STJ e ausência de similitude fática. Não se conheceu do agravo em recurso especial diante da falta de impugnação de: Súmula n. 7/STJ e ausência de similitude fática. A parte agravante, em seu agravo interno, não impugna esses fundamentos.

III - É entendimento desta Corte que não se conhece do agravo interno que não impugna os fundamentos da decisão recorrida. Incidência do Enunciado n. 182 da Súmula do STJ.

IV - Agravo interno não conhecido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, não conhecer do agravo interno, nos termos do voto do(a) Sr(a). Ministro(a)-Relator(a)." Os Srs. Ministros Herman Benjamin, Og Fernandes, Mauro Campbell Marques e Assusete Magalhães votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília (DF), 02 de abril de 2019(Data do Julgamento)

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator

